



XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE
GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU

Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad

Arequipa – Perú
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

**INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE CONTABILIDADE EM
UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS**

IVAN ALMEIDA DE AZEVEDO

Universidade Federal de Santa Catarina

ivan.azevedo@ufsc.br

ALESSANDRA DE LINHARES JACOBSEN

Universidade Federal de Santa Catarina

alessandradelinhairesjacobsen@gmail.com

RESUMO

O presente artigo trata da internacionalização das práticas de contabilidade em Universidades Públicas Federais a partir das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). É uma pesquisa qualitativa, descritiva e um estudo de caso. A coleta de dados foi realizada a partir de pesquisa documental e bibliográfica. O resultado da pesquisa demonstra a aderência dos demonstrativos contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina às práticas internacionais de contabilidade a partir do atendimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

Palavras-Chave: Normas Internacionais de Contabilidade. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade. Internacionalização. UFSC.

1. INTRODUÇÃO

Pretende-se com este artigo pesquisar a influência da internacionalização nas atividades administrativas das Universidades Públicas Federais, notadamente aquelas atividades voltadas para as práticas de contabilidade em Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil. Pretende-se também contribuir para aprofundar o debate sobre o movimento de internacionalização por meio dos processos que influenciaram a convergência da contabilidade aos padrões internacionais.

Parafraseando Lima e Contel (2011), tanto o movimento vinculado à educação quanto à internacionalização da educação superior no Brasil tem importante subordinação Estatal. Do mesmo modo, não seria diferente no caso aplicado a nova contabilidade aplicada ao setor público.

Portanto, na visão de Bezerra Filho temos a afirmação:

A contabilidade pública brasileira passa por um momento de renovação estrutural efetiva [...]. O foco no patrimônio público, a transparência das informações como indutor dos controles e a necessidade de convergência com as normas internacionais do *International Federation of Accountants* (IFAC) constituem os vetores centrais desse desafio.

Em outras palavras, esta renovação da contabilidade brasileira traz a reboque importantes fatores de influência da internacionalização. Refere-se, portanto a uma mudança de cultura institucional, e para exercitá-la os profissionais da contabilidade estarão submetidos a novos normativos técnicos com influência de regras internacionais para as quais terão um novo olhar.

Partindo-se da pergunta “quais interferências a aderência ao processo de internacionalização das práticas de contabilidade trouxe para Universidade Federal de Santa Catarina?”, foi elaborada a pesquisa com dados extraídos a partir do Relatório de Gestão da UFSC, referente aos exercícios 2014 e 2015.

Não obstante as mudanças ocorridas no setor público, o processo de internacionalização para a contabilidade brasileira ocorreu também no setor privado por meio de um processo a partir da publicação da Lei nº 11.638/07, onde foram determinadas as primeiras alterações no sentido da harmonização da contabilidade. (Salotti et al, 2015).

Importantes agentes econômicos somaram-se ao esforço para o caminho da convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil. São eles: Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e a Superintendência de Seguros Privado – SUSEP. Esses agentes econômicos tomaram a iniciativa de determinar que as empresas por eles reguladas tivessem de adotar a regulação às normas internacionais, nas demonstrações consolidadas a partir do ano de 2010.

Esta é a conjuntura na qual é desenvolvido o presente artigo, cuja Fundamentação Teórica será baseada nos seguintes títulos: Convergência às Normas Internacionais para Contabilidade no Brasil; Adoção aos padrões internacionais de contabilidade no setor Privado no Brasil; Adoção aos padrões internacionais de contabilidade no setor Público no Brasil e Internacionalização e as Universidades.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Convergência às Normas Internacionais para Contabilidade No Brasil

Preliminarmente, o ingresso ao debate sobre internacionalização às práticas contábeis no Brasil e sua convergência aos padrões internacionais segue influenciado por fatos

históricos que contribuíram para viabilização à adoção das normas internacionais. Esses acontecimentos de natureza econômica evidenciados por Salotti et al. (2015) são:

- a) a derrota da hiperinflação a partir de 1994, com a entrada em vigor do Plano de Estabilização Econômica (Plano Real);
- b) o crescimento econômico entre 2002 e 2010;
- c) o crescimento do PIB e a capitalização de mercado da Bolsa de Valores no Brasil;
- d) altos níveis de inclusão social e a conseqüente inserção de grandes camadas da população no mercado de consumo; e
- e) o fato do Brasil ter alcançado o *investment grade* pelas agências internacionais de classificação de risco.

Uma vez criadas às condições no plano macroeconômico, a contabilidade segue as inovações necessárias para acomodar os empreendimentos no plano global por meio da convergência às Normas Internacionais.

A convergência da contabilidade brasileira às Normas Internacionais segue o caminho da internacionalização da economia brasileira a partir dos empreendimentos ligados aos setores de energia, minério de ferro, petróleo, indústria aeronáutica e atividades da construção civil. Da mesma forma, o fenômeno da internacionalização ocorre com a educação. A movimentação desses setores no Brasil trouxe a percepção para um importante apelo à adoção de práticas contábeis globais. Tratava-se da constatação de que as práticas contábeis locais acolhiam um indesejado custo de aprendizagem para investidores globais interessados em investir no mercado brasileiro (SALOTTI et al, 2015).

Por outro lado, a universalidade de critérios e práticas contábeis aplicáveis às necessidades e características de cada país faz com que a contabilidade gere informações diferentes e incomparáveis, o que exige do profissional da contabilidade entendimentos das diversas práticas existentes para obter uma referência de comparação, pelo que foi solicitada uma reforma global.

Nesse sentido, Silva (2012, p. 28) esclarece:

a contabilidade, por ser uma ciência social aplicada, é muito influenciada por aspectos culturais, políticos, históricos e econômicos do ambiente no qual está inserida. Todavia, com a expansão dos mercados e a globalização da economia, surge a necessidade, nas entidades, da elaboração de demonstrações contábeis baseadas em critérios uniformes e homogêneos, de forma que os gestores, investidores e analistas de todo o mundo possam utilizar informações transparentes, confiáveis e comparáveis, nos processos de tomadas de decisões.

Portanto, repisa-se sobre os desafios conceituais e práticos à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil que serão objeto de estudos mais adiante e será aprofundado no contexto das Universidades Públicas Federais, que também passam pelo processo de internacionalização de suas estruturas de gestão.

2.2. Adoção aos padrões internacionais de contabilidade no setor Privado no Brasil

Este título pretende aprofundar os estudos das reformas da Contabilidade no Brasil, a partir do setor privado sob a perspectiva internacional.

Nesse sentido, a adoção aos padrões internacionais de contabilidade para o setor privado no Brasil foi conduzido por meio do processo de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade ou IFRS (*International Financial Reporting Standards*).

A instrumentalização das Normas Internacionais para o setor privado é realizada por meio de pronunciamentos contábeis publicados pelo IASB (*International Accounting Standards Board*).

Do ponto de vista de Feijó (2013, p. 32 e 33), o objetivo do IASB é formular e publicar de forma independente um novo padrão de normas contábeis internacionais que

possa ser universalmente aceito. A partir de então, os novos pronunciamentos emitidos passam a atender pelo nome de *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Ressalta-se, mais uma vez, a importância do IASB para formulação e padronização das normas contábeis internacionais, universalmente aceitas, com o objetivo de atender os usuários da informação contábil no setor privado.

Do mesmo modo, ocorre a inquietação no Brasil para o processo de convergência com a absorção dos padrões pronunciados pelo IASB na forma de IFRS.

Em síntese, Shimamoto e Reis (2010, p. 91) definem processo de convergência:

Por processo de convergência, entende-se a alteração das normas contábeis brasileiras, com a adoção gradativa dos padrões emitidos pelo IASB (*International Accounting Standard Board*), conhecidos como IFRS (*International Finance Reporting Standard*), que estão sendo adotados por mais de 100 países, incluindo os países da Comunidade Européia.

Na opinião de Salotti et al (2015, p. 1), o caminho à convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil passou pela criação de um órgão único para a emissão de normas de contabilidade: o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Na essência da reforma do sistema contábil no Brasil surge o desafio cultural de atravessar normas baseadas no direito anglo-saxão (*common law*) em um país de direito romano (*civil law*).

Por essa razão, Salottiet al (2015, p. 2) afirma tratar-se de mudança de uma contabilidade baseada em regras (*rules based*) para uma contabilidade baseada em princípios (*principles based*) o que fez com que aumentasse o nível de julgamento exigido pelos responsáveis pela elaboração e pela auditoria das demonstrações contábeis.

Dos motivos expostos, nasce o entendimento contábil na qual a essência dos eventos econômicos prevalece sobre a forma jurídica (*substance over form*), além da necessária formação de convicção ao emitir julgamentos e opiniões visando refletir a visão verdadeira e apropriada (*true and fair view*) das demonstrações contábeis desafiando os operadores da contabilidade. Portanto, substitui-se um modelo contábil com foco tributário para um modelo contábil informacional (SALOTTI et al., 2015).

Em outras palavras, o acolhimento da internacionalização das práticas de contabilidade nas organizações do setor privado no Brasil, também ocorreu por meio de mecanismos legais, positivados em leis, resoluções e manuais para disciplinar o exercício da prática contábil, a exemplo da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC 1.103, de 28 de setembro de 2007, a qual criou o Comitê Gestor da Convergência no Brasil. (BRASIL, 2007).

Em seu art. 3º a Resolução CFC Nº 1.103/07, destaca empenho do legislador em reformar a contabilidade nacional aos padrões internacionais. Nesse sentido, assim defluiu o artigo:

Art. 3º O Comitê tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil por meio da reforma contábil e de auditoria que resulte numa maior transparência das informações financeiras utilizadas pelo mercado, bem como no aprimoramento das práticas profissionais, levando-se sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (BRASIL, 2007).

O quadro 01 demonstra os atos legislativos que abriram as portas da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Quadro 1: Marcos regulatórios para conformidade aos padrões internacionais no Brasil no setor privado.

CLASSIFICAÇÃO NORMATIVA	NÚMERO DO NORMATIVO	FINALIDADE
Projeto de Lei	3.741/2000	Eliminou barreiras regulatórias que impediam a convergência contábil internacional às companhias abertas no Brasil.

Lei	11.638/2007	Reformou a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76) para possibilitar a adoção dos padrões internacionais de contabilidade
Lei	11.941/2009	Instituiu o RTT – Regime Tributário de Transição

Fonte: Elaborado pelo autor

Portanto, na opinião de Feijó (2013, p. 34) pode-se dizer que 2008 foi o ano em que o Brasil efetivamente caminhou para os padrões internacionais de contabilidade, primeiramente no setor privado, com as alterações promovidas na Lei nº 6.404/1976. Em agosto de 2008 [...] foi anunciado, por meio da publicação da Portaria MF nº 184, que o setor público brasileiro também seguiria rumo aos padrões internacionais.

Tecnicamente, a adoção aos padrões internacionais de contabilidade no setor privado no Brasil trouxe, a partir de 2008, mudanças importantes em relação à estrutura das Demonstrações Contábeis, como a inclusão da DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa como demonstração obrigatória, além de mudanças importantes nos Grupos de Contas do Balanço Patrimonial (SALOTTI et al, 2015).

Com essa novidade, a gestão financeira das instituições de ensino superior privadas passa a ter mais uma ferramenta de controle institucionalizada. Por meio da Demonstração dos Fluxos de Caixa será fortalecido o planejamento, através de análises sobre eventuais mudanças de sua capacidade de financiamento, com a qual permitirá ao gestor antecipar possíveis necessidades de capital de giro e tomadas de decisão.

O quadro 02 apresenta as mudanças importantes em relação à estrutura das Demonstrações Contábeis no setor privado.

Quadro 2: Mudanças importantes em relação à estrutura das Demonstrações Contábeis no setor privado em conformidade aos padrões internacionais no Brasil.

ANTES DA INTERNACIONALIZAÇÃO	DEPOIS DA INTERNACIONALIZAÇÃO
Estruturas excluídas na contabilidade do setor privado por influenciada internacionalização	Estruturas incluídas na contabilidade do setor privado por influencia da internacionalização
Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos – DOAR	Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC
Influência da legislação tributária na escrituração societária	Demonstração do Valor Adicionado - DVA
Mudança nos Grupos de Contas do Balanço Patrimonial. Extinção do ativo diferido	Mudança nos Grupos de Contas do Balanço Patrimonial. O Intangível passa a fazer parte do patrimônio das empresas brasileiras.
Não havia regulação sobre o <i>impairment test</i>	Obrigatoriedade de efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e ativo intangível (<i>impairment test</i>)
Cálculo da vida útil do imobilizado influenciada pela legislação tributária.	Cálculo da depreciação, exaustão e amortização em função da vida útil econômica estimada do bem.

Fonte: Elaborado pelo autor

Entretanto, há registros de críticas também sobre a influência da internacionalização das práticas de contabilidade no setor privado. Porém, é importante ressaltar que este artigo não pretende exaurir e aprofundar conteúdo sobre as incompatibilidades em relação às práticas internacionalizadas de contabilidade, mas, sim contextualizar o assunto na realidade do universo acadêmico, especificamente em relação à Convergência às Normas Internacionais para Contabilidade no Brasil nas universidades públicas federais.

2.3. Adoção aos padrões internacionais de contabilidade no setor público no Brasil

Não menos importante nesse cenário global de mudança de paradigmas foram às reformas por meio da adoção aos padrões internacionais de contabilidade no setor Público no

Brasil a partir de 2008, seguindo a esteira das reformas incorporadas ao setor privado brasileiro. O novo modelo trouxe alterações profundas como a evidenciação do patrimônio como objeto da contabilidade pública. A extensão e profundidade das reformas no setor público foram de tal importância que a partir da internacionalização passou-se a tratar o tema com o título de “A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público”.

A motivação para as reformas da contabilidade para o setor público no Brasil na perspectiva internacional é a busca pela eficiência na gestão pública. Feijó (2013, p. 27) esclarece que tal reforma enquadra-se dentro do chamado *New Public Management* ou Novo Gerenciamento Público.

Por essas razões a contabilidade governamental, outrora focada no orçamento, passa a dar importância ao controle patrimonial. Logo, após a reforma nos sistemas de escrituração, os processos orçamentários e fiscais caminharam junto aos controles patrimoniais.

Para tornar operacional o processo de internacionalização da contabilidade governamental no Brasil foi necessário aparelhar a área pública com o fim de internacionalizar-se. A guisa de proclamar a inovação, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) criou um grupo de estudos com o objetivo de propor normas de contabilidade aplicadas ao setor público que vão ao encontro das Normas Internacionais de Contabilidade do setor público (IPSAS). Desse preâmbulo descrito nasce o processo de convergência para a área pública e o debate sobre a necessidade para o surgimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

Feijó (2013, p. 56) utiliza-se da seguinte argumentação para origem das NBCASP:

A elaboração das dez primeiras NBCASP passou a ser caracterizada como um estágio inicial que ficou conhecido como a etapa de alinhamento aos padrões internacionais de contabilidade. Paralelamente se começou o processo de convergência, que se diferenciava por analisar cada norma internacional (eram 30 normas IPSAS) e elaborar a norma convergida, isto é, adequada à legislação e cultura brasileira. Assim, [...] consoante alinhamento com as IPSAS, o trabalho do grupo assessor do Conselho Federal de Contabilidade se empenhou em elaborar, junto aos contadores públicos do país, as primeiras dez Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo CFC em 21 de dezembro de 2008.

Atualmente as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) aprovadas são:

Quadro 3: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP)

NBCASP, NBCT SP ou NBC T 16	
Número	Ementa
NBC T 16.1	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação
NBC T 16.2	Patrimônio e Sistemas Contábeis
NBC T 16.3	Planejamento e Seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil
NBC T 16.4	Transações no Setor Público
NBC T 16.5	Registro Contábil
NBC T 16.6	Demonstrações Contábeis
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.8	Controle Interno
NBC T 16.9	Depreciação, Amortização e Exaustão
NBC T 16.10	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Fonte: Feijó (2013, p. 57)

Acrescenta-se que o órgão regulador global para alinhar às práticas de internacionalização de forma homogênea no setor público aos diversos países é o *International Federation of Accounting* (IFAC), e esse tem por finalidade editar normas contábeis ao setor público as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS)

voltadas à qualidade, à auditoria, à formação educacional editadas pela Federação Internacional de Contadores (SILVA,2012).

Portanto, o processo de mudança no Brasil nasce com a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) – normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (NBC T).

Em Feijó (2013, p.54) vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), efetivamente representam o “nome de fantasia” pelo qual ficaram conhecidas as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo CFC, cujo termo técnico é NBC T 16.

Observa-se, ao longo da edição das Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CFC para o setor público, o acolhimento no mesmo escopo, às entidades não governamentais, de personalidade jurídica de direito privado, que movimentem ou gerenciem bens e valores públicos em suas atividades.

Do ponto de vista de Bezerra Filho (2015, p. 3), as entidades não governamentais que recebam ou movimentem recursos públicos, como Organizações Sociais, Órgãos de Classe, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e entidades do Sistema S (SENAI, SENAC, SEBRAE) estão abrangidas nas regras da contabilidade pública, integralmente ou, em casos específicos, apenas para fins de prestação de contas.

Por qualquer lado que se queira olhar, um dos impactos positivos da convergência aos padrões internacionais foi à perspectiva do surgimento de novos postos de trabalho para os profissionais da contabilidade governamental em função das novas exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Outro ponto de vista abarcado pela NBCASP é a evidenciação de fatos relevantes por meio de notas explicativas.

Destaca-se, em razão da influência da internacionalização a obrigatoriedade dos profissionais da contabilidade governamental em evidenciar fatos relevantes por meio de notas explicativas, a exemplo de diferenças na comparação entre metas programadas com as realizadas em seus demonstrativos.

Por mais uma vez, no entendimento de Bezerra Filho (2015, p. 27), a evidenciação deve contribuir para a tomada de decisão e facilitar a instrumentalização do controle social, de modo a permitir que se conheçam o conteúdo, a execução e a avaliação do planejamento das entidades do setor público.

A influência da internacionalização para as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público abrange, também, o controle interno quanto aos seus referenciais como suporte do sistema de informações.

Nesse sentido Bezerra Filho (2015, p. 43) esclarece:

Esta Norma estabelece referenciais para o controle interno como suporte do sistema de informação contábil, no sentido de minimizar riscos e dar efetividade às informações da contabilidade, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade do setor público.

Por outro lado, para além dos referenciais do controle interno abrangidos pela convergência aos padrões internacionais, relevante foi o preenchimento da lacuna existente quanto à ausência de critérios e de definições objetivas acerca dos métodos de avaliação e mensuração do patrimônio público, a exemplo do que define a atual Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.10 ao instrumentalizar de forma clara os critérios de avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público.

Conclui-se que as alterações das regras contábeis no setor público referentes às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas a esse foram alavancadas por normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), para se efetivar o processo de convergência (FEIJÓ, 2013).

O exposto reflete o processo de alinhamento aos padrões internacionais de cada uma das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público e publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) a partir de 2008.

O quadro 04 Apresenta os marcos regulatórios para conformidade aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil no setor público.

Quadro 4: Marcos regulatórios para conformidade aos padrões internacionais no Brasil no setor público.

CLASSIFICAÇÃO NORMATIVA	NÚMERO DO NORMATIVO	FINALIDADE
Portaria MF - Ministério da Fazenda	184/2008	Apresentação de diretrizes para o setor público quanto aos procedimentos de convergência pelos entes públicos aplicadas as demonstrações contábeis para as regras internacionais.
Decreto	6.976/2009	Disposição sobre o Sistema de Contabilidade Federal.
Portaria Secretaria do Tesouro Nacional	749/2009	Alteração dos anexos contábeis da lei: Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro e inclusão da Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
Resolução do Conselho Federal de Contabilidade	1.111/2007, atualizada com as alterações da Res. CFC nº 1.1367/2011.	Apresentação dos Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público alinhados com as Normas Internacionais de Contabilidade.
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP Aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios Válido a partir do exercício de 2015.	6ª edição do Ministério da Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional	Apresentação de Guia de Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO); Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP); Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP); Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

Fonte: Elaborado pelo autor

2.4. Internacionalização e as Universidades

A internacionalização da educação superior envolve o caminho de trocas de conhecimentos e cooperação entre instituições de ensino e demais atores presentes em uma sociedade multicultural. No que se refere aos Estados Nacionais traduz-se também por meio de trocas econômicas, políticas, científicas e culturais entre eles.

No tocante às universidades brasileiras vale lembrar que o processo de internacionalização pressupõe cooperação. Dessa forma, Stallivieri (2004, p. 48 e 49) nos remete a área de gestão de convênios internacionais para evidenciar os reflexos práticos da cooperação internacional em instituições de ensino superior:

A gestão dos convênios está diretamente ligada à gestão da cooperação internacional nas instituições de ensino superior. No Brasil, a gestão da cooperação internacional se confunde com o processo de criação das universidades e, na maioria dos casos, a gestão dessa área não apresenta uma definição de sua forma.

Todavia, ao alinhar internacionalização e educação superior, faz-se necessário compreender o processo de globalização no contexto das universidades públicas federais, pois ambos os processos foram agentes de transformações importantes naquilo que enxergamos hoje como instituições de ensino superior. Importante ressaltar que este artigo não pretende exaurir e aprofundar as diversas definições de globalização nem de internacionalização, mas, sim contextualizar o assunto na realidade do universo acadêmico, especificamente à educação superior pública.

De acordo com Santos (2011, p. 57) a globalização para as universidades é entendida na forma contemporânea com os argumentos a seguir:

O contexto global é hoje fortemente dominado pela globalização neoliberal, mas não se reduz a ela. Há espaço para articulações nacionais e globais baseadas na reciprocidade e no benefício mútuo que, no caso da universidade, recuperam e ampliam formas de internacionalismo de longa duração. A nova transnacionalização [...] assenta agora novas tecnologias de informação e de comunicação e na constituição de redes nacionais e globais onde circulem novas pedagogias, novos processos de construção e de difusão de conhecimentos científicos e outros, novos compromissos sociais, locais, nacionais e globais.

Portanto, globalização e internacionalização são faces de uma mesma moeda, capitaneadas por meio de modelos econômicos que unem espaços geográficos de tal sorte que ambas se apresentam em estágios diferenciados no processo histórico.

Na visão de Contel e Lima (2011, p. 11) a internacionalização vem suscitando importância a partir da década de 1990 com a relevância dos levantamentos dos organismos internacionais multilaterais de séries históricas que acabam por estimular o desenvolvimento de análises comparativas. Os dados levantados tratam de aspectos de políticas de internacionalização, financiamento da educação internacional, números relativos à mobilidade de acadêmicos, existência de funcionamento de acordos de cooperação estabelecidos, entre outros.

A missão singular positivada nos Estatutos das Organizações de Ensino Superior, tratada por iniciativas individuais, alargam-se na esteira dos movimentos de internacionalização para atingir objetivos conjuntos e integradores.

Nesse sentido, defluiu Almeida Filho e Santos (2012, p. 145) é quando a universidade compreende as potencialidades da internacionalização e seu inter-relacionamento com as restantes missões procurando responder aos desafios sociais do nosso tempo.

Isto é,

a internacionalização transforma-se em missão da universidade quando esta é capaz de mobilizar, de uma forma intencional e consciente, para com ela atingir os seguintes objetivos:

- a) reforçar projetos conjuntos e integradores;
- b) dar maior dimensão às suas atividades de formação, de pesquisa e de inovação;
- c) conduzir uma agenda própria de diplomacia cultural universitária;
- d) contribuir para a consolidação de Espaços Integrados do Conhecimento.

Por mais uma vez, é importante destacar que os objetivos citados traduzem-se para o cumprimento dos propósitos comuns de internacionalização, os quais estão presentes a diversidade cultural à universidade científica, a facilitação para a mobilidade, a centralidade do papel da universidade na sociedade contemporânea e a afirmação da universidade como protagonista do mundo global (ALMEIDA FILHO E SANTOS, 2012).

Por esse caminho, a internacionalização perpassa também às práticas das atividades administrativas das Universidades Públicas, incluindo-as em sua missão de reforçar projetos conjuntos, inovação e a consolidação de espaços do conhecimento.

Por consequência, na UFSC o órgão gestor de políticas de internacionalização é a Secretaria de Relações Internacionais (SINTER).

Este órgão tem a tarefa de promover a interatividade com outras organizações globais de ensino superior de forma a ampliar a visibilidade por meio da implementação de acordos de cooperação técnica, científica e cultural.

Todas as ações decorrentes da política de internacionalização também devem estar alinhadas à gestão internacional e consequentemente responder e atuar conjuntamente com a gestão orçamentária e patrimonial.

3. CAMINHO METODOLÓGICO

Este artigo investiga a influência da internacionalização para as práticas de contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina, no intervalo de tempo de 2014 a 2015. O período escolhido foi em razão dos prazos estabelecidos na legislação para o cumprimento da obrigatoriedade da implantação do novo padrão de contabilidade aplicada ao setor público e sua efetividade, demonstrada por meio dos Relatórios de Gestão da Instituição nos exercícios de 2014 e 2015 (quadros 5 e 6).

O Universo da pesquisa é formado por informações contábeis da UFSC e as medidas adotadas para se adequar aos critérios e procedimentos estabelecidos pela NBCASP publicadas de 2014 a 2015 no endereço eletrônico do Departamento de Planejamento e Gestão da Informação – DGPI, <http://dpgi.proplan.ufsc.br/>. A população do estudo foi definida por meio de pesquisa no arquivo eletrônico dos Relatórios de Gestão no referido endereço eletrônico, utilizando a palavra “contabilidade”. Durante a pesquisa, foram encontrados os títulos aderentes às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, e, portanto a pesquisa deste artigo foi realizada na totalidade da população encontrada que são: Depreciação, Amortização e Exaustão; Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos; Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas; Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.

Para a realização deste estudo foi adotada como abordagem de pesquisa a qualitativa, classificando-se a pesquisa como descritiva, documental e bibliográfica e um estudo de caso.

Ela também é considerada bibliográfica, tipo que serve como “instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa” [...], e provocará “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2007).

Para analisar os dados utilizou-se a técnica denominada *Pattern Matching*, com base na concepção de Yin (1999) sobre emparelhamento de padrões.

Em termos de limitações do estudo, destaca-se o uso dos Relatórios de Gestão da UFSC referentes aos anos 2014 até 2015, dado os prazos de transição às Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público em anos anteriores, estabelecidos pelo legislador.

A abordagem qualitativa para Dencker (1998), visa ao estudo em profundidade e à análise do conteúdo. Classifica-se, também, como do tipo descritiva que, conforme Vergara (2007, p. 47), “[...] não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”. Para Gil (2009) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa complexa que busca investigar um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto, preservando o caráter unitário e evitando generalizações.

É o que será aprofundado a partir dos estudos sobre a influência da internacionalização para as práticas de contabilidade aplicadas na Universidade Federal de Santa Catarina.

4. O CASO ESTUDADO

4.1. As demonstrações contábeis da UFSC e a influência das práticas internacionais na disposição de suas contas.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), neste cenário de internacionalização das práticas de contabilidade aplicada ao setor público, também é protagonista da reforma contábil na constante busca da evolução das finanças públicas e da contabilidade em Instituições Federais de Ensino Superior. Para caminhar junto aos padrões internacionais de contabilidade, a UFSC contempla com maior ênfase o controle patrimonial a partir do atendimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). A nova realidade solicita dos seus dirigentes esforços no sentido de se organizar

sob o aspecto normativo, administrativo e tecnológico para atender a nova contabilidade aplicada às Instituições Federais de Ensino Superior.

Nesse sentido, o presente artigo, por meio de informações extraídas do Relatório de Gestão da UFSC, exercício de 2014 e 2015, traz abordagem quanto à aderência às Normas Internacionais de Contabilidade, cotejando com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e suas repercussões diante dos operadores da contabilidade na UFSC.

O órgão responsável por operacionalizar as práticas contábeis para Universidade Federal de Santa Catarina é o Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, vinculado à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN, e entre suas atribuições estão a de “subsidiar a prestação de contas da UFSC com os balanços orçamentários, financeiros, patrimonial e das variações patrimoniais” como também “desenvolver, coordenar e avaliar as atividades de execução financeira e contábil” (UFSC, 2014).

O Relatório de Gestão de 2014 trata a aderência dos Demonstrativos Contábeis da UFSC às práticas internacionais com o título: Informações Contábeis - “Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público” (UFSC, 2014) e traz as repercussões para a gestão.

O Quadro 5 apresenta o demonstrativo quanto à aderência e repercussões as NBCASP para a contabilidade da UFSC em 2014, suportado em informações extraídas do Relatório de Gestão de 2014.

Quadro 5: Demonstrativo quanto à aderência e repercussões as NBCASP pra a contabilidade da UFSC em 2014

TÍTULOS APRESENTADOS E CONTAS ADERENTES AS NBCASP	REPERCUSSÃO A ADOÇÃO AOS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS – NBCASP NA UFSC.	NORMAS ADERENTES AO SETOR PÚBLICO.
Depreciação, Amortização e Exaustão. NBC T 16.9	Foi realizado registro apenas da depreciação dos bens imóveis em 31/12/2014. A falta de registro da depreciação dos bens móveis deve-se, principalmente, aos problemas ainda enfrentados para adequação do sistema de gestão patrimonial.	Resoluções CFC 1.136/2008
Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos. NBC T 16.10	No que tange à metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração dos ativos e passivos destacamos [...]. Esse trabalho teve início em 2014 e se estenderá por 2015, no mínimo, dada a complexidade da função e a pouca disponibilidade de servidores ...	Resolução CFC 1.137/2008
Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas. NBC T 16.11	A UFSC não possui sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades adm. As Universidades possuem estruturas complexas e a multiplicidade da execução de suas despesas torna a parametrização de um sistema de custos peculiar. O Relatório de Gestão salienta ainda, a UFSC não conta em seu quadro de pessoal com profissionais habilitados no tocante à gestão de custos. Por este motivo não possuímos até o momento um plano de implantação do uso do Sistema de Custos - SIC na UFSC.	Resolução CFC 1.366/2011 Portaria STN nº 716/2011,
Notas Explicativas NBC T 16.6	Não se aplicou ao exercício de 2014. Todavia, a página 558 do Relatório de Gestão 2014, consta documento intitulado “Declaração do Contador” atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis com ressalvas.	Resolução CFC 1.133/2008
Demonstrações	Os demonstrativos contábeis constantes do Sistema	Resolução CFC

Contábeis NBC T 16.6	Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI/2014 são: Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais (UFSC, 2014). Relatório de Gestão: página 558. Declaração do Contador.	1.133/2008 Portaria STN 665/2010 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
-------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pelo Autor

Importa discorrer que, para os procedimentos de transição as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o legislador estabeleceu prazos tempestivos para que de forma escorreita fossem absorvidas as mudanças pelos operadores da contabilidade governamental.

Na visão de Silva (2012, p.65) os prazos são apresentados como segue:

As Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público são obrigatórias para os fatos ocorridos a partir de 2010. Todavia essas normas foram absorvidas pelos Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público e segundo os manuais elas serão facultativas a partir de 2010 e obrigatórias em alguns casos em 2011 e em outros até 2014.

No entanto, por meio da Portaria STN Nº 753/2012 a Secretaria do Tesouro Nacional prorrogou o prazo para implantação total das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) aos entes da federação até o exercício de 2015 (BRASIL, 2012).

De acordo com Feijó (2013) nos países que são referência em contabilidade do setor público, foram necessários mais de 10 anos para se consolidar a mudança.

O Relatório de Gestão de 2015 trata a aderência dos Demonstrativos Contábeis da UFSC às práticas internacionais com o título: Desempenho Financeiro e Informações Contábeis – “Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos” (UFSC, 2015).

O Quadro 6 apresenta o demonstrativo quanto à aderência e repercussões às NBCASP para a contabilidade da UFSC em 2015, suportado em informações extraídas do Relatório de Gestão de 2015.

Quadro 6: Demonstrativo quanto à aderência e repercussões as NBCASP para a contabilidade da UFSC em 2015

TÍTULOS APRESENTADOS E CONTAS ADERENTES AS NBCASP	REPERCUSSÃO A ADOÇÃO AOS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS – NBCASP NA UFSC.	NORMAS ADERENTES AO SETOR PÚBLICO.
Depreciação, Amortização e Exaustão. NBCT T 16.9	Conseguimos corrigir o sistema para que se adequasse aos parâmetros legalmente exigidos, bem como aos critérios adotados pela STN [...]. ...ficou estabelecido na UFSC que, num primeiro momento, somente serão depreciados os bens para os quais a STN estabeleceu os percentuais de valor residual e os tempos de vida útil. Consideramos prudente não iniciar a depreciação de bens que constam em classes contábeis que possam ter critérios diferenciados de depreciação, situação em que será necessário um estudo caso a caso, e será objeto de melhorias futuras. Quanto a amortização -... pretendemos nos engajar para implementar essa rotina já no decorrer de 2016, paralelamente ao controle da depreciação.	Resolução CFC 1.136/2008
Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos. NBCT 16.10	Passivo Patrimonial: reconhecemos em 2015, como passivo patrimonial decorrente de contingenciamento do orçamento pelo Governo Federal, obrigações com fornecedores de energia elétrica, fornecimento de água e serviço de limpeza. O reconhecimento desses passivos está em linha com as exigências dos normativos contábeis vigentes...	Resolução CFC 1.137/2008 Portaria STN 548/2015

	Ativo Patrimonial: Do ponto de vista contábil, e em respeito ao enfoque patrimonial, as receitas devem ser registradas mesmo que não tenha havido a arrecadação. Esta obrigatoriedade está prevista nas normas vigentes de contabilidade governamental, mas não estão sendo desenvolvidas atualmente na UFSC rotinas para viabilizar o atendimento dessas exigências.	
Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas NBCT 16.11	A UFSC não possui sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades adm. Atualmente, está sendo feito um esforço para que mais despesas, iniciando com as de telefonia e impressão, sejam distribuídas às Unidades, tornando-as custos controláveis pelos Diretores. As Universidades possuem estruturas complexas e a multiplicidade da execução de suas despesas torna a parametrização de um sistema de custos peculiar. A UFSC não conta em seu quadro de pessoal com profissionais habilitados no tocante à gestão de custos. Por este motivo não possuímos até o momento um plano de implantação do uso do Sistema de Custos - SIC na UFSC.	Resolução CFC 1.366/2011 Portaria STN nº 716/2011,
Notas Explicativas NBC T 16.6	São apresentadas para os Demonstrativos contábeis da UFSC em 2015 às páginas 193 a 200 do Relatório de Gestão. Apresenta informações complementares de ajustes em diversas contas do balanço e também esclarece fatos relevantes sobre reavaliação de bens móveis e incorporação de bens imóveis na Instituição (UFSC, 2015).	Resolução CFC 1.133/2008
Demonstrações Contábeis NBC T 16.6	As demonstrações contábeis são levadas ao relatório de Gestão de 2015 as páginas 163 a 192 atendendo a nova contabilidade no setor Público e são elas: - Balanço Patrimonial as páginas 163 – 165; - Balanço Financeiro as páginas 166 – 167; - Balanço Orçamentário as páginas 168 – 171; - Demonstração do Fluxo de Caixa as páginas 172 – 174; - Demonstração das Variações Patrimoniais as páginas 175 – 177.	Resolução CFC 1.133/2008 Portaria STN 665/2010 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 6ª edição/2015

Fonte: Elaborado pelo Autor.

As informações que respaldam a investigação quanto à aderência ao processo de internacionalização das práticas de contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, extraídas dos Relatórios de Gestão da Instituição, dos exercícios de 2014 e 2015 (Quadro 5 e 6), são compostas pelas seguintes estruturas de dados contábeis:

- a) **Depreciação, Amortização e Exaustão** – são contas contábeis que registram a desvalorização dos ativos, provenientes do uso ou diminuição do valor do ativo intangível (marcas e patentes, direitos autorais...) ou da exploração dos recursos naturais esgotáveis (KOHAMA, 2014). Norma brasileira de contabilidade aderente - NBCT T 16.9;
- b) **Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos** – obrigatoriedade prevista nas normas de contabilidade. Essa norma estabelece critérios e procedimentos para avaliação e a reavaliação do patrimônio dos entes públicos (FEIJÓ, 2013). Norma brasileira de contabilidade aderente - NBC T 16.10;
- c) **Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas** – a informação de custos é obrigatória em todas as entidades do setor público. É requisito de transparência e prestação de contas, tanto do controle interno, externo ou controle social. (BEZERRA FILHO, 2015). Norma brasileira de contabilidade aderente - NBC T 16.11;
- d) **Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas** - As demonstrações contábeis apresentam informações extraídas dos registros e dos documentos que integram o sistema contábil da entidade e as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis (CFC,

2013). Norma brasileira de contabilidade aderente - NBC T 16.6

4.2. Investigações quanto à aderência às práticas internacionais de contabilidade a partir do atendimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas as demonstrações Contábeis da UFSC

As informações evidenciadas nos Relatórios de Gestão da UFSC dos exercícios de 2014 e 2015, quanto às estruturas contábeis apresentadas nos quadros 5 e 6, revelam o processo de aderência às práticas internacionais de contabilidade a partir do atendimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público não totalmente implementadas.

A observação dos dados extraídos dos Relatórios de Gestão da UFSC (2014 e 2015) tornou possível a elaboração de um conjunto de análises:

inicialmente, **quanto à depreciação, amortização e exaustão** destacou-se o atendimento parcial da norma brasileira de contabilidade (NBC T 16.9) em 2014. O Relatório de Gestão noticiou como causa problema de adequação do sistema patrimonial. Entretanto, no exercício de 2015 foi sanada a deficiência do sistema, mas, há incompletudes por conta de bens não depreciados e amortizados. A UFSC afirma que a regra e ser objeto de melhorias futuras.

Como se pode notar, em relação à **avaliação e mensuração de Ativos e Passivos** (NBC T 16.10), a informação extraída do quadro cinco referencia não haver aderência à nova contabilidade em 2014. O relatório de gestão informa que os trabalhos para o atendimento da exigência teve início no ano corrente (2014), embora não determinasse prazo para o atendimento, dado a complexidade da função e dificuldades nos quadros de servidores. No entanto, em 2015, nota-se importante movimento da UFSC em adesão à NBCASP quanto à **avaliação e mensuração de ativos e passivos**. Confirma-se a prática ao **reconhecimento como passivo patrimonial** de obrigações com fornecedores de energia elétrica, fornecimento de água e serviços de limpeza. Esses compromissos são oriundos de contingenciamento do orçamento pelo Governo Federal. De outro lado, há espaço a ser alcançado quanto ao **ativo patrimonial** para a aderência a norma de contabilidade aplicada ao setor público na UFSC. Informações extraídas do quadro seis dão conta de que as receitas devem ser registradas mesmo que não tenha havido arrecadação, diferente disso, não estão sendo desenvolvidas, atualmente na UFSC, rotinas para viabilizar o atendimento dessa exigência.

Mister se faz ressaltar a **apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas** da UFSC (NBC T 16.11), obrigatório em todas as entidades do setor público. Sobre essa norma, os dados cotejados nos Relatórios de Gestão dos períodos de 2014 e 2015 (quadros 5 e 6) dão conta de que a Universidade Federal de Santa Catarina não possui sistemática de apuração de custos dos programas e das unidades administrativas. O Relatório de Gestão do período estudado divulgou como causa principal a não aderência à NBCASP para **mensuração e evidenciação dos custos da UFSC**, problemas em seu quadro de pessoal no tocante à gestão de custos, razão pela qual não possui, até o fechamento desse artigo, um plano de implantação do uso do Sistema de Custos – SIC na Instituição.

Quanto às **Demonstrações Contábeis** (NBC T 16.6), observa-se importante aderência da UFSC às NBCASP e consequente alinhamento com as normas internacionais. Os dados comparados dos Relatórios de Gestão, quadros (5 e 6) do período investigado, revelam a apresentação de quatro demonstrativos contábeis constantes do SIAFI em 2014, ratificados por meio da declaração do contador: Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais. A novidade surge em 2015 ao acrescentar as demonstrações já consolidadas à Demonstração do Fluxo de Caixa na UFSC, publicadas nas páginas 172 a 174 do Relatório de Gestão (UFSC, 2015). Essa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da

capacidade do regular financiamento dos serviços públicos (BEZERRA FILHO, 2015, p. 39 e 40).

Para além das demonstrações já existentes, a nova contabilidade solicita outro demonstrativo a partir de 2013 para o setor público, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, não se aplicando às Universidades Federais. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – visa fornecer informações gerais das variações ocorridas no patrimônio líquido e deve ser elaborada somente pelos entes que possuam no seu processo de consolidação empresas estatais dependentes (FEIJÓ, 2013, p. 185).

Em relação às **notas explicativas**, é outra novidade apresentada para os Demonstrativos Contábeis da UFSC, em 2015, nas páginas 193 a 200, do Relatório de Gestão (UFSC, 2015), em decorrência das novas práticas contábeis. Na visão de Antunes et al.(2012, p.15) em decorrência das novas práticas contábeis, é necessária a divulgação de várias informações em notas explicativas que anteriormente não eram exigidas. O conjunto completo de demonstrações contábeis exigidas atualmente [...] inclui notas explicativas (NE), compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias. Dessa forma, o conjunto de demonstrações contábeis apresentado no Relatório de Gestão de 2015 atende o objetivo de evidenciar os principais aspectos da gestão pública na Universidade Federal de Santa Catarina para o que se espera do novo gerenciamento público solicitado pelas normas internacionais de contabilidade a partir do atendimento das NBCASP.

5. CONCLUSÃO

Este artigo versou sobre a influência da internacionalização nas atividades administrativas das universidades públicas, notadamente àquelas atividades voltadas para as práticas de contabilidade em Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil.

A pesquisa revelou fatos históricos de natureza econômica que foram determinantes à adoção de práticas contábeis globais com o objetivo de atender os usuários da informação contábil. De outro lado, houve a percepção dos desafios culturais de atravessar uma contabilidade suportada em mecanismos legais rígidos para uma contabilidade baseada em princípios.

No setor público brasileiro, a motivação para as reformas da contabilidade na perspectiva internacional é a busca pela eficiência na gestão pública. Nesse sentido, a nova contabilidade pública incorpora, além da gestão orçamentária, a dimensão do controle patrimonial para demonstrar o valor do patrimônio público à sociedade. O processo de mudanças no Brasil é instrumentalizado com a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Nessa conjuntura, o artigo investigou a influência da internacionalização para as práticas de contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nesse cenário de internacionalização a UFSC, também é protagonista da reforma contábil na constante busca da evolução das finanças públicas e da contabilidade em Instituições Federais de Ensino Superior.

O artigo, por meio de informações extraídas dos Relatórios de Gestão da UFSC, exercício de 2014 e 2015, investigou a aderência às Normas Internacionais de Contabilidade a partir do atendimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e suas repercussões diante dos operadores da contabilidade na UFSC.

Os dados obtidos por meio dos Relatórios de Gestão do período demonstram as interferências provocadas na UFSC quanto ao processo de internacionalização das práticas contábeis. Essas interferências são noticiadas em dificuldades de implantação da nova contabilidade por problemas de adequação do sistema patrimonial e carência de profissionais

habilitados no tocante à gestão de custos. Entretanto, para as demonstrações contábeis, observou-se no relatório importante avanço em direção a nova contabilidade aplicada ao setor público na Universidade Federal de Santa Catarina e consequente alinhamento às normas internacionais. O conjunto de demonstrações contábeis apresentados no Relatório de Gestão de 2015 atende o objetivo de evidenciar os principais aspectos da gestão pública na UFSC para o que se espera do novo gerenciamento público solicitado pelas normas internacionais de contabilidade.

Do exposto, conclui-se que as medidas adotadas para a implementação das novas regras aos padrões internacionais, evidenciadas nos Relatórios de Gestão da UFSC do período investigado, revelam o processo de aderência às práticas internacionais de contabilidade não totalmente implementadas.

Contudo, percebe-se igualmente que na UFSC há espaço para o aprofundamento de estudos sobre o fenômeno em foco, uma vez que nos países referência em contabilidade pública foram necessários mais de 10 anos para a efetiva mudança.

6 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa et al. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**. São Paulo, V.10, N 20, p.15. Janeiro, 2012.

Disponível em: <http://www.fAAP.br/pdf/faculdades/economia/revistas/ciencias-economicas/revista_economia_20.pdf>; Acesso em: 05 abril 2015.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: abordagem simples e objetiva. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Portaria MF nº 184, de 25 agosto de 2008. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Disponível em: <<http://fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/2008/portaria184>>. Acesso em: 07 abril 2016.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria STN Nº 753, de 21 dezembro de 2012. Altera a Portaria nº 437, de 12 de julho de 2012, e a Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.govbr.com.br/portaria-no-753-stn-prorroga-o-prazo-para-a-implantacao-do-pcasp-e-das-dcasp/>>; pesquisado em: 05 abril 2016.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público- 6ª edição (Válido para 2015). Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773>. Acesso em: 07 abril 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1103, de 28 de setembro de 2007**. Cria o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2007/001103>. Acesso em: 07 abril 2016.

_____. **Normas Brasileiras de Contabilidade**: Contabilidade Aplicada ao Setor Público : NBCs T 16.1 a 16.11. Brasília. 2012. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/11/setor_publico.pdf> ; Acesso em: 01 abril 2016

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA BAHIA. **Demonstrações Contábeis**. Salvador. 2016. Disponível em:

<<http://www.crcba.org.br/submissaodetrabalhos/arquivos/be20c9abd0.pdf>>; Acesso em: 20.03.2016.

DENCKER, Ada Freitas. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 2. ed. São Paulo: Futura, 1998.

FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo as Mudanças: na contabilidade aplicada ao setor público**. Brasília: Gestão Pública, 2013.

GIL, A. C. **Estudo de caso: fundamentação científica, subsídios para coleta e análise dos dados, como redigir o relatório**. São Paulo: Atlas, 2009.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 14ª edição. São Paulo: Atlas, 2014.

LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fabio Betioli. **Internacionalização da Educação Superior: nações ativas, nações Passivas e a geopolítica do Conhecimento**. São Paulo: Alameda, 2011.

SALOTTI, Bruno Meirelles *et al.* **IFRS no Brasil: temas avançados abordados por meio de casos reais**. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Naumar de. **A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SHIMAMOTO, Leila Sayuri; REIS, Luciano Gomes dos. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contabilistas. **Revista de Estudos Contábeis**. Londrina, V.1, N.1, p. 90-105, Julho/Dezembro, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rec/article/view/9403>>. Acesso em: 05 abril 2015.

SILVA, Valmir Leôncio da. **A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2012.

STALLIVIERI, Luciane. Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras. Caxias do Sul: Edus, 2004.

UFSC, (2014). Relatório de gestão: exercício 2014. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135001?show=full>>. Acesso em: 07 abril 2016.

_____.(2015). Relatório de gestão: exercício 2015. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em:<<http://dpgi.proplan.ufsc.br/files/2016/03/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2015.pdf>>. Acesso em: 07abril 2016.

_____.(2016). Secretaria de Relações Institucionais (SINTER). **Sobre a SINTER. Florianópolis**. Disponível em:< <http://sinter.ufsc.br/sinter/>>; Acesso em: 10 abril 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookmann, 1999.